

ATA Nº 98/2017 DA REUNIÃO DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS

No dia trinta do mês de agosto de 2017, nas salas 06 e 07 do 11º andar do Edifício Gerais, na Cidade Administrativa, realizou-se reunião com o objetivo de propor alternativas para a solução pacífica do conflito envolvendo representantes da Etnia Kiriri, localizada em Caldas – MG.

Lígia Maria Alves Pereira, Coordenadora da Mesa de Diálogo, abriu os trabalhos com uma rodada de apresentação dos participantes, conforme lista de presença anexa, que substituirá a assinatura dos presentes.

Rudson Madureira, da Fundação Nacional do Índio de Governador Valadares – Funai, informa que cerca de 1/3 do território (total de 60 hectares) está ocupado por não indígenas. Explica que os índios vieram da Bahia e ocuparam a área em março de 2017. Atualmente 16 famílias estão em um terreno de aproximadamente 39 hectares. Reclama que os outros ocupantes não foram questionados no processo.

Carlusa, da Etnia Kiriri, conta como aconteceu o processo de ocupação. Lembra que alugaram, em Caldas, duas casas para cerca de 30 pessoas. Explica que na época conversaram com o prefeito sobre a disponibilização de políticas públicas. Relata que tentaram dialogar com o proprietário da terra, mas na falta de êxito ocuparam a área, que estava sem destinação. Reclama que o Estado não apareceu para negociar, apenas a Polícia Militar. Explica que saíram da aldeia na Bahia por não ter como plantar, devido a seca que já dura 4 anos.

Guilherme Franco, da Funai, informa que a escritura da propriedade possui divergências da área real. Acredita que pelo menos cerca de 20 hectares sumiram.

Jean Nogueira, da Procuradoria da Universidade Estadual de Minas Gerais – UEMG, fala que o órgão foi acionado quando o terreno foi ocupado. Explica que, em tese, o imóvel está com a UEMG e não com o Estado. Informa que não foram informados sobre as outras ocupações, mas destaca que todos que estão ilegalmente na área serão atingidos pela ação.

Patrícia Silva, explica que a posse do oficial de justiça foi mera detenção não legítima, e que não houve ciência das outras ocupações, diferente do que aconteceu com os ocupantes indígenas – respondendo ao questionamento do Secretário Executivo da Mesa de Diálogo, Lucas de Oliveira, sobre a denúncia apenas sobre a ocupação dos representantes da Etnia Kiriri.

Jean Nogueira explica que a Polícia Militar e a Funai foram oficiadas – respondendo ao questionamento de Lígia Maria Pereira sobre as notificações do processo.

Lembra que após a decisão, os indígenas terão o prazo de 30 dias para desocupação pacífica da área. Explica que não há nominados no processo.

Ulisses Guimarães, Prefeito Municipal de Caldas, informa que a assistente social e de saúde foram ao local. Esclarece que foram notificados pelo Ministério Público para atender os ocupantes com saúde, educação, segurança, etc. Lamenta que a prefeitura não tenha condições de atender toda uma aldeia.

Lucas Alvarenga, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, sugere que o Estado ofereça uma compensação para a UEMG e o órgão ceda a área.

Edmar Gadelha, da Emater, fala que o perímetro da área não está corretamente demarcado. Sugere que a Seda faça esse levantamento, até mesmo para que as outras ocupações sejam implicadas no processo.

Rudson Madureira concorda que a Seda faça o levantamento da área.

Leonardo Faria, da Funai, propõe tentar, por meio de emenda parlamentar um recurso, caso seja de interesse a venda da área e sugere que a prefeitura ofereça um terreno para os indígenas.

Jean Nogueira esclarece que a UEMG tem o dever de fazer a defesa do imóvel. A decisão de mudança de destinação não pode ser tomada apenas pelo órgão.

Lígia Maria Pereira explica que quem responde pelo patrimônio é a CSC/Seplag. A orientação é que a área vá para a UEMG para a criação do campus. Sugere que a PUCMG faça uma proposta escrita direcionada a CSC/Seplag e ao reitor da UEMG. Propõe que explique no documento que a decisão partiu da reunião da Mesa de Diálogo e solicite informação sobre a área. Lembra que a ideia é conseguir mais um prazo no processo e um terreno junto a SPU ou outra área.

Guilherme Franco explica que a Secretaria de Patrimônio da União – SPU já foi oficiada e responderam que não encontraram imóveis compatíveis para alocar as famílias na região.

Dhiancesar Lopes, da Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – SEDPAC, sugere que a proposta seja feita pela Mesa de Diálogo e que seja feito um pedido de suspensão do processo até que se defina o limite da área.

Ulisses Guimarães informa que o Estado possui algumas terras em Machado.

Jean Nogueira explica que a UEMG não tem como intervir na suspensão – respondendo o questionamento de Lígia Maria Pereira sobre a possibilidade de um prazo maior para andamento das tratativas. Acredita que com os andamentos do processo, que ocorreram de ontem para hoje, haverá um tempo para dar os

desdobramentos aos encaminhamentos. A Funai já fez um pedido de prazo que foi encaminhado ao juiz federal para que ele delibere.

Lígia Maria Pereira sugere que seja questionado no processo que não se tem uma definição exata da área, neste sentido não se sabe ao certo quais pessoas serão envolvidas na reintegração de posse. Acredita que o Estado tenha que fazer esse levantamento. Até que este estudo fique pronto, o processo deve ser suspenso.

Jean Nogueira explica que como não há previsão legal não seria possível por cessão ou comodato manter as famílias temporariamente na área – respondendo o questionamento do Edmar Gadelha.

Lígia Maria Pereira sugere que a Funai entre com o pedido de suspensão do processo, com base nas tratativas que já estão sendo feitas. O objetivo da Mesa de Diálogo é encontrar outras áreas e apresentar para Funai e para os indígenas avaliarem, reforça. Compromete-se a enviar o relatório elaborado pela Funai e a ata para que a Advocacia Geral do Estado possa se posicionar.

Ao final da reunião foram pactuados os seguintes encaminhamentos:

- A PUCMG fará uma proposta detalhada para a CSC/SEPLAG e ao Reitor da UEMG e solicitará informações sobre a delimitação da área
- Cabe a Mesa de Diálogo:
 - Enviar o relatório elaborado pela Funai e a ata da reunião para que a AGE se posicione
 - Realizar o contato com a SEDA para que a delimitação da área seja feita
 - Fazer um levantamento das áreas que o Estado tem disponíveis na região
- A Funai fará o pedido de suspensão da reintegração de posse, tendo em vista que as tratativas já estão sendo feitas no âmbito da Mesa de Diálogo